

RESENHA



## A experiência brasileira das fábricas recuperadas

PIRES, A. S. S. *As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão*. São Carlos: EdUFSCcar, 2016.

**Mariana Costa Carvalho\***

A obra, publicada em 2016, resulta de pesquisa de doutoramento em Sociologia, em 2014, na Universidade Federal de São Carlos. O livro, estruturado em 5 partes, apresenta os resultados de pesquisa de Aline Suelen Pires que possui trajetória acadêmica na área de Sociologia do Trabalho. O objeto da pesquisa é a apresentação da situação atual das fábricas recuperadas no Brasil, pensadas em articulação com a autogestão, cooperativismo, economia solidária e a percepção dos trabalhadores envolvidos.

A pesquisa abarcou visitas a nove empresas recuperadas no Brasil, com a realização de entrevistas e observações: Cooperminas, Bruscor, Coopermambrini, Coopersalto, Metalcoop, Copromem, Uniforja, Unimáquinas e Flaskô. Além de visitas às principais instituições de apoio às fábricas recuperadas, a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) e a UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários).

Realiza um comparativo entre a experiência brasileira e argentina, traz uma breve apresentação das experiências de fábricas recuperadas de outros países da América Latina e, ainda, notas sobre o cooperativismo e a economia solidária na Europa atual. Totalizando 12 visitas a empresas recuperadas.

\* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/FSS/Uerj). *Correspondência*: Rua Engenheiro José Carlos Morais Sarmiento, 259, apt. 201, Santa Catarina, Juiz de Fora - MG. CEP: 36036-100. *Email*: <marianaccarvalho@yahoo.com.br>.

Como pressupostos principais para análise a autora parte, primeiro, da década de 1990 como marco histórico para análise do contexto de surgimento das experiências de autogestão no Brasil. Período marcado pela diminuição dos investimentos do Estado em políticas públicas, aumento do desemprego e precarização do trabalho, aumento das privatizações, abertura aos mercados, sob o viés das formas flexíveis de produção e reprodução trazidas pela reestruturação produtiva. Esse processo levou a falência de muitas empresas e perdas significativas de postos de trabalho. É diante desse contexto que os trabalhadores passam a se organizarem no intuito de assumirem o controle das fábricas. Algumas empresas se organizam sob o formato de cooperativas.

Segundo, esse contexto de “redescobrimto” do cooperativismo como possibilidade de geração de trabalho em momento de crise do emprego formal. O surgimento dessas experiências históricas datam do século XIX a partir dos socialistas utópicos que propunham a experiência de autogestão como enfrentamento ao desemprego e às precárias condições de vida dos trabalhadores industriais.

Terceiro, embasando-se em Castel, traz a discussão da “remercadorização do trabalho”, diante do esfacelamento da relação salarial, levando a substituição da antiga estabilidade pela precarização. Situação agravada pelo capital financeiro internacional e a continuidade das mudanças tecnológicas, que levam ao desaparecimento de certos postos de trabalho. Com esta reflexão, a autora discorda das teses de desaparecimento do assalariado e da perda da centralidade do trabalho, e defende que a mudança perpassa pelas garantias de futuro no trabalho assalariado, estando este cada vez mais reduzido.

Para a construção da perspectiva de análise sobre as empresas recuperadas no Brasil, a autora ressalta a ausência de unanimidade em relação ao conceito de economia solidária. Paul Singer, referência na discussão, defende que a economia solidária, é uma forma de organização da produção e distribuição que aplica como princípio a democracia na tomadas de decisões e a justiça na distribuição dos resultados. A concepção socialista do autor considera que a nova sociedade não seria alcançada através da conquista revolucionária do poder do Estado e sim através de uma transição pacífica por meio da economia.

Outros autores trazem novas teses para a definição da economia solidária, a exemplo de Santos e Rodríguez que defendem a existência de uma mobilização em prol da construção de uma globalização “alternativa”. Gaiger discorre sobre o aumento de movimentos em que a solidariedade é considerada princípio ético-político e como meio de propiciar uma “outra” mundialização que surge a partir da organização que baseia-se na democratização da economia e da cidadania.

Em contraposição, existem autores que problematizam a ideia da economia solidária. A exemplo de Sousa que realiza crítica a concepção

dominante do termo no Brasil, afirmando que esta concepção expressa um conteúdo eclético e polimorfo, necessitando de uma formulação saturada de realidade.

Um aspecto abordado na pesquisa refere-se à relação entre as fábricas recuperadas e os sindicatos. A autora sinaliza que esta relação tem um histórico de contradições e polêmicas, porém, importantes agências de apoio a empreendimentos autogestionários se originaram a partir das experiências de sindicalistas ou do movimento sindical.

A obra aponta as principais dificuldades enfrentadas pelas fábricas recuperadas, tais como: não aderência dos trabalhadores à proposta da autogestão, persistindo a dificuldade de entendimento do trabalho cooperado, não hierarquizado. A análise dessa questão, perpassa pela “cultura do assalariamento” que vincula-se a experiência da lógica do trabalho assalariado, fordista, com relação vertical entre patrão e empregado.

Soma-se a falta de capital de giro; dificuldade de obtenção financiamentos; ausência de formação constante para a autogestão; dificuldade de coletivização do saber pessoal; diferença de remuneração; retomada da antiga estrutura hierárquica a partir de avanços em situação de maior estabilidade; existência de terceirização; divisão entre o setor administrativo e os demais setores; acentuada hierarquia na tomada de decisões; desconfiança por parte dos clientes e fornecedores.

Além destes, muitos empreendimentos se desenvolvem impulsionados por iniciativas de órgãos públicos e organizações de apoio. Buscaram o cooperativismo como alternativa ao desemprego e não como resultado de um pensamento político com viés de contestação e transformação da realidade.

Além das empresas recuperadas no formato clássico, há o destaque do Movimento das Fábricas Ocupadas que, diferentemente da maioria das fábricas recuperadas que se tornaram cooperativas, lutaram pela estatização dos empreendimentos. A defesa perpassa pela compreensão da estatização como reivindicação histórica do movimento operário e, ainda, abarca a crítica do caráter precarizador e funcional ao capitalismo presente nas cooperativas.

O panorama apresentado remete à explicitação dos diversos fatores dificultadores da estabilidade econômica desses empreendimentos, assim como da própria manutenção do caráter autogestionário e cooperativo. Outro aspecto relevante é a distinta situação econômica do país na atualidade em comparação ao período anterior. Entre os anos de 1991 e 2000 houve um aumento no número de falências no país; e a partir de 2001 os indicadores apontavam para uma situação de maior equilíbrio da economia de forma que os processos de falência deixaram de ser constantes. Soma-se a nova lei de falências, em vigor a partir de 2005, que parece estar dificultando as possibilidades das iniciativas dos trabalhadores de assumirem o controle das empresas em situação falimentar.

Poucas fábricas parecem ter conseguido realizar mudanças substanciais na organização do trabalho em relação às empresas originárias, permanecendo o mesmo processo de trabalho, a mesma divisão do trabalho e adoção de tecnologias. O que sinaliza a inexistência de uma ruptura significativa com a antiga organização do trabalho.

A autora sinaliza a dificuldade de novos processos de recuperação na atualidade, apesar de não serem completamente inexistentes. O cenário atual é agravado pela concorrência internacional, sobretudo a chinesa e pela lógica da produtividade, do *“time is Money”*. Aponta ainda, como resultados das pesquisas, que a autogestão, em sentido “pleno” não se materializou nos empreendimentos. Da mesma maneira, a economia solidária não conseguiu cumprir o que vem se propondo, sobretudo através do discurso da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e do próprio movimento, representado pelos ideais de Paul Singer e outros atores que seguem essa linha de pensamento.

Os empreendimentos solidários ou autogestionários teriam seu alcance numa dimensão simbólica importante, entretanto, não se constituem em experiências que possuem impacto significativo no conjunto da economia do país, realidade que não é específica do Brasil. A autonomia do empreendimento é limitada pelo mercado, os trabalhadores possuem histórico de insegurança e instabilidade no trabalho e a experiência das fábricas recuperadas brasileiras tem demonstrado que a resistência dos trabalhadores não está voltada para o sistema capitalista, e sim, para o desemprego.

*As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão* abarca os resultados de pesquisas da autora sobre as experiências brasileiras de autogestão no âmbito das Ciências Sociais. Constitui-se em importante leitura para aqueles que desejam conhecer as especificidades destas organizações no país, esclarecendo as diferenciações dos diversos conceitos do campo da denominada economia solidária e explicitando as divergências nas concepções.

Um aspecto inovador da obra refere-se a sua não vinculação a incubadoras ou instituições de apoio e fomento de cooperativas e empresas recuperadas, permitindo a realização de uma análise que difere das que, comumente, possuem uma visão militante ou mesmo messiânica destas experiências de caráter autogestionário. Possibilitando ao leitor ter a clareza do que se constitui como sendo os desafios para a materialização das experiências de autogestão no Brasil.

DOI: 10.12957/rep.2017.32730



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.